



Pesquisa-ação, pesquisa participante e investigação-ação participativa: semelhanças e diferenças

Evandro Cardoso do Nascimento*, Valdir Frigo Denardin e Diomar Augusto de Quadros

Universidade Federal do Paraná, Rua Jaguariaíva, 512, 83260-000, Matinhos, Paraná, Brasil. *Author for correspondence. E-mail: evandrohistoria@hotmail.com

RESUMO. Este artigo apresenta as principais características da pesquisa-ação, da pesquisa participante e da investigação-ação participativa, buscando identificar as semelhanças e as diferenças destes três métodos de pesquisa social qualitativa. O trabalho investigativo foi realizado a partir da identificação e da revisão bibliográfica dos principais autores e das principais autoras que definiram, teorizaram e sistematizaram tais métodos, especialmente no contexto da América Latina. Identificou-se que cada um desses métodos tem um contexto específico de origem e de consolidação o que faz com que cada um deles tenha características específicas. A pesquisa-ação tem um aspecto mais acadêmico que, mesmo rompendo com os métodos convencionais, mantém uma preocupação com a objetividade científica. A pesquisa participante, por sua vez, tem um caráter mais militante, pois surge vinculada aos movimentos sociais, além de uma preocupação com o processo educativo, resultado da influência da pedagogia freireana. Por fim, a investigação-ação participativa incorpora as regras de objetividade científica, mas não abandona o aspecto militante. Conclui-se que tais métodos possuem mais semelhanças do que diferenças; e que a investigação-ação participativa, apesar de ter uma história própria, se constitui a partir de um esforço de valorizar as semelhanças e superar as diferenças entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

Palavras-chave: métodos qualitativos; pesquisa social; metodologia científica.

Action research, participant research and participatory action research: similarities and differences

ABSTRACT. This article presents the main characteristics of action research, participant research and participatory action investigation, seeking to identify the similarities and differences of these three qualitative social research methods. The investigative work was carried out based on the identification and bibliographic review of the main authors who defined, theorized and systematized such methods, especially in the context of Latin America. It was identified that each of these methods has a specific context of origin and consolidation, which means that each of them has specific characteristics. Action research has a more academic aspect that, despite breaking with conventional methods, maintains a concern with scientific objectivity. Participatory research, in turn, has a more militant character, as it appears linked to social movements, in addition to a concern with the educational process, a result of the influence of Freire's pedagogy. Finally, participatory action research incorporates the rules of scientific objectivity, but does not abandon the militant aspect. It is concluded that such methods have more similarities than differences and that participatory action research, despite having its own history, is constituted from an effort to value the similarities and overcome the differences between action research and participant research.

Keywords: qualitative methods; social research; scientific methodology.

Received on April 6, 2024.

Accepted on June 29, 2024.

Introdução

No artigo *Orígenes universales y retos actuales da IAP*¹, Orlando Fals Borda (1999) argumenta que os cientistas instrumentais são capazes de chegar à Lua, mas suas prioridades os impedem de resolver problemas simples das classes populares. Segundo Jürgen Habermas (2009), isso ocorre porque a ciência positivista se tornou um instrumento sob o controle das classes dominantes, subtraindo as relações de poder e se apresentando como ideologicamente neutra. Para Fals Borda (2006, p. 47), não existe ciência neutra; e ser um

¹ IAP é uma sigla para Investigação-Ação Participativa.

cientista “[...] significa estar compromissado com alguma coisa que afeta o presente e o futuro da humanidade” (Borda, 2006, p. 47).

Em geral, a metodologia científica, como apontou Carlos Rodrigues Brandão (1999, p. 7), serve para os pesquisadores se protegerem de si mesmos, ou seja, da sua subjetividade. Na ciência positivista “[...] tudo se resolve com boa teoria no princípio, uma objetiva neutralidade no meio e uma rigorosa articulação de ambas as coisas com os dados obtidos, no final” (Brandão, 1999, p. 7). Oliveira e Oliveira (2006, p. 22) destacam que, nesta perspectiva, a neutralidade é a garantia da cientificidade, mas que, na verdade, “[...] esta ciência que se queira neutra, apolítica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social” (Oliveira & Oliveira, 2006, p. 22).

A pesquisa-ação, a pesquisa participante e a investigação-ação participativa são métodos de pesquisa que marcam uma ruptura com o positivismo. No entanto, tais métodos, que surgem em contextos distintos, ainda geram dúvidas entre os pesquisadores, principalmente entre os iniciantes em métodos qualitativos. Afinal, quais são as diferenças entre pesquisa-ação, pesquisa participante e investigação-ação participativa? O objetivo deste artigo é apresentar as principais características destes métodos, buscando identificar suas semelhanças e diferenças. Trata-se do resultado de uma revisão bibliográfica que procurou resgatar os autores clássicos vinculados a esses métodos e promover um esforço de síntese. Além desta introdução e das considerações finais, o texto está dividido em quatro tópicos, um para cada método e um para apresentar suas semelhanças e diferenças.

A pesquisa-ação

De acordo com René Barbier (2007), a pesquisa-ação tem raízes em métodos de investigação que foram propostos no final do século XIX pelos autores clássicos da Sociologia. Para Michel Thiollent (1982, p. 110), a *Enquete Operária*, elaborada por Karl Marx, em 1880, rompe com “[...] a concepção comum da pesquisa de opinião [...]” e, assim como a pesquisa-ação, “[...] pressupõe uma interferência do dispositivo de investigação”. Thiollent (1982, p. 110) ainda destaca que mesmo com incompatibilidades profundas² a “[...] enquete operária não deixa de ser um tipo muito particular de *Pesquisa-Ação*”.

Barbier (2007) aponta que na primeira metade do século XX a Escola de Chicago também desenvolveu outros métodos de pesquisa participativa, mas foi com Kurt Lewin, John Dewey e John Collier que o termo *Action Research* se popularizou, orientando-se, a partir de valores democráticos, para uma participação cada vez maior das populações envolvidas na pesquisa. Segundo Hugues Dionne (2007, p. 27), durante a Segunda Guerra, Kurt Lewin³ percebeu que a “[...] mudança é mais efetiva quando os sujeitos estão fortemente implicados no processo e quando a sua participação é mais ativa”. Barbier (2007) destaca que a pesquisa-ação proposta por Lewin teve continuidade com os seus alunos, que desenvolveram diversas intervenções diagnósticas, participativas, empíricas e experimentais.

Mas afinal, o que é a pesquisa-ação? Para Thiollent (2011, p. 20), “[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”. O autor explica que a pesquisa-ação tem afinidade epistemológica com o construtivismo social e busca interligar conhecimento e ação. Dessa forma, o método privilegia aspectos sociopolíticos e tem uma ênfase empírica que foca na ação transformadora para resolução de situações problemáticas. Para Dionne (2007), não se trata de privilegiar o agir para conhecer, mas, preservando as especificidades da abordagem da ciência e da abordagem da ação, a pesquisa-ação reduz a distância entre a teoria e a prática.

A partir das sistematizações, elaboradas por Thiollent (2011), Barbier (2007), Morin (2004) e Dionne (2007), é possível elencar cinco características da pesquisa-ação: 1) na pesquisa-ação é imprescindível a interação entre pesquisadores e atores; 2) toda pesquisa-ação requer objetivos de conhecimento e objetivos de ação; 3) o conhecimento produzido, a partir da pesquisa-ação, é original; 4) a pesquisa-ação tem seus próprios critérios de objetividade científica; e 5) a pesquisa-ação tem uma função sociopolítica. Tais características emergem dos princípios teóricos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa-ação e marcam uma ruptura com os métodos convencionais de pesquisa.

A interação entre pesquisadores e atores é a primeira característica da pesquisa-ação. De acordo com Dionne (2007), o hífen da pesquisa-ação pressupõe a aliança entre pesquisadores e atores; um trabalho em

² Para Thiollent (1982), a *Action Research*, elaborada por Kurt Lewin, nega o conflito de classes e “[...] privilegia a dimensão psicológica da interação dos indivíduos e dos grupos sociais”, enquanto a *Enquete Operária* “[...] dá ênfase à dimensão cognitiva e política das relações de classe” (Thiollent, 1982, p. 110).

³ Kurt Lewin (1890-1947) foi um psicólogo de origem alemã, naturalizado nos Estados Unidos, que desenvolveu pesquisas tentando resolver problemas relacionados ao antissemitismo, à inserção de minorias étnicas e à cultura alimentar norte-americana (Barbier, 2007; Dionne, 2007).

equipe que, como destacou Thiollent (2011), deve ser realizado de forma cooperativa ou participativa. Não se trata, portanto, de uma pesquisa aplicada em que o pesquisador busca se aproximar dos atores sociais para colocar a ciência em prática, mas de uma modalidade de pesquisa que, como apontou Gauthier (1984 *apud* Dionne, 2007, p. 44), “[...] faz do ator um pesquisador e do pesquisador um ator”. Segundo André Morin (2004), é a participação que define a pesquisa-ação. Quanto mais os pesquisadores e os atores estiverem implicados em processos de cogestão, mais integral⁴ será a pesquisa-ação. Isso não significa que cada participante tenha que cumprir todas as funções de pesquisa e de ação, pelo contrário, a pesquisa-ação funciona como “[...] um organismo vivo cuja riqueza de cada órgão tem um papel diferenciado, mas complementar” (Morin, 2004, p. 132-133).

Ao aproximar pesquisadores e atores, a pesquisa-ação cria uma convivência incomum que põe em questionamento os princípios básicos da pesquisa tradicional, acostumada com a separação entre sujeito e objeto da pesquisa. Segundo Dionne (2007), na busca pela neutralidade científica, a ciência moderna, de inspiração positivista, operou um tipo de divisão do trabalho intelectual, separando pesquisadores e atores. A pesquisa-ação, ao contrário, exige a busca por vínculos⁵, em que o pesquisador se vê implicado nos processos de transformação social e, ao fazer isso, questiona “[...] não apenas os métodos e critérios de cientificidade, mas a própria função da ciência tradicional” (Dionne, 2007, p. 29).

A segunda característica da pesquisa-ação, que inclusive está explícita em seu nome, é a busca por um duplo objetivo, ou seja, a construção de conhecimento científico, pela pesquisa; e a resolução de problemas reais, pela ação. Thiollent (2011) destaca que a pesquisa-ação não pode se limitar aos objetivos de ação, relacionados à resolução de problemas práticos, é preciso traçar também objetivos de conhecimento, relacionados à produção de informações sobre a situação, seja o conhecimento científico ou o aumento da consciência sobre a situação investigada. Dionne (2007) corrobora com essa afirmação, apontando que o grande desafio da pesquisa-ação é passar da teoria à prática cumprindo a sua dupla tarefa: desenvolver conhecimentos e modificar uma situação peculiar.

Dionne (2007) explica que a pesquisa-ação é, na sua essência, uma metodologia de intervenção, mas que permite gerar novos conhecimentos, por isso é também uma metodologia de pesquisa. De acordo com Dionne (2007, p. 37), a estratégia de pesquisa e a estratégia de ação são complementares, mesmo que, às vezes, entrem em conflito, pois a “[...] pesquisa se apoia em regras metodológicas de caráter científico, ao passo que a ação se constrói com base em processos de planejamento de diversas práticas táticas”. Desta forma, o grande desafio da pesquisa-ação é construir vínculos entre esses dois polos e evitar discursos românticos que justificam a pesquisa-ação apenas pela “[...] parceria construtiva entre pesquisadores e atores sem medirem os desafios de tal abordagem” (Dionne, 2007, p. 41).

A terceira característica da pesquisa-ação é a originalidade do tipo de conhecimento que é produzido. Thiollent (2011, p. 30) destaca que, com a pesquisa-ação, “[...] podemos captar informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva”. Para Dionne (2007, p. 35), esse objetivo de mudança, perseguido pelas ações concretas, “[...] permite um desenvolvimento original de conhecimentos novos [...]”, é por isso que um “[...] objetivo de mudança não é em si mesmo contraditório em relação a um objetivo de desenvolvimento dos conhecimentos”. Trata-se de produzir um novo conhecimento a partir da ação e para a ação, ou seja, um conhecimento capaz de reorientar a ação.

A quarta característica da pesquisa-ação é que ela possui seus próprios critérios de objetividade científica. Para Dionne (2007), são as regras metodológicas reconhecidas que garantem a cientificidade da pesquisa-ação. Segundo Thiollent (2011), ao contrário de métodos positivistas, pautados na neutralidade, na não interferência e no isolamento de variáveis, na pesquisa-ação investigam-se situações reais; e o controle metodológico é feito através do consenso atingido pela coletividade, o que garante a qualidade das observações e evita manipulações políticas. Thiollent (2011) destaca que a argumentação⁶ substitui a demonstração das pesquisas convencionais, mas que é preciso considerar que toda argumentação é produzida por interlocutores na presença de um auditório, real ou imaginário, que exerce influência sobre ela e que, portanto, não deve ser tomada como verdade absoluta.

⁴ Morin (2004) coloca a pesquisa-ação integral como a de maior nível de participação e, nos extremos, a pesquisa com finalidade explicativa, de um lado, e com finalidade transformadora, de outro. Para Gauthier (1984 *apud* Morin, 2004, p. 43), a pesquisa-ação “[...] se estende em um contínuo que vai de um procedimento de recuperação de informação a um procedimento militante”.

⁵ Dionne (2007) utiliza o termo em francês *reliance* (sem tradução para o português) para se referir tanto à busca por vínculos sociais quanto ao esforço para vincular saber e ação.

⁶ Para Thiollent (2011, p. 109), “[...] a argumentação não significa uma volta ao raciocínio pré-científico, nem uma ruptura com o racionalismo ou a aceitação de qualquer crença. É apenas uma reafirmação das dimensões discursivas e coletiva da elucidação e da interpretação das situações sociais. Razão científica e razão argumentativa não são excludentes” (Thiollent, 2011, p. 109).

Assim como a argumentação substitui a demonstração, a definição de diretrizes ou instruções substitui a tradicional definição de hipóteses, mas se mantém um raciocínio hipotético ao considerar como suposições as possíveis soluções para a situação problema. Segundo Thiollent (2011), esse raciocínio hipotético não deve ser confundido com os excessos do experimentalismo, a hipótese torna-se uma suposição que irá orientar a pesquisa e sua comprovação passa pela argumentação e pela crítica coletiva que irá estabelecer pontes entre as ideias gerais e a observação concreta.

A comprovação ou refutação de uma suposição gera outras formas de raciocínio lógico como as inferências e as generalizações. Dionne (2007) explica que, diferente da pesquisa convencional, que busca a produção de conhecimentos generalizáveis, a pesquisa-ação está a serviço de uma ação específica, mas o conhecimento que aí se produz também tem impacto teórico e, como consequência, também pode ser generalizável. Neste quesito, Thiollent (2011) pontua que é sempre problemática a ideia de partir de inferências particulares para generalizações (indução), ou o contrário, partir de proposições gerais para casos particulares (dedução). O autor destaca que o bom senso é o núcleo racional da sabedoria popular, sendo preciso explicitar seus pressupostos a partir do seu contexto sociocultural. Nesse sentido, em geral, as inferências e generalizações dos pesquisadores são mais abstratas que as dos participantes, tornando necessária a comparação e o estabelecimento de diálogos.

Outra estrutura de raciocínio própria da pesquisa-ação e que compõe os seus critérios de objetividade científica é a transformação de proposições indicativas (a situação está assim...) em proposições normativas (temos que agir assim...). Thiollent (2011) explica que isso não significa que a descrição de um problema irá determinar a ação para sua resolução, pois há aspectos ideológicos, políticos, entre outros, que intervêm no direcionamento da ação (sistema normativo). Thiollent (2011, p. 48) alerta que também é metodologicamente condenável que o ponto de partida seja as exigências normativas, pois “[...] o pesquisador pode ser levado a descrever os fatos de um modo favorável às consequências práticas correspondentes às exigências daquela norma”. O pesquisador precisa exercer um controle metodológico e ético sobre esse efeito de ‘contaminação’, mas a tentativa de controlá-lo não deve neutralizar os princípios valorativos e a função política da pesquisa-ação.

Por fim, a quinta característica da pesquisa-ação é a sua função sociopolítica. Para Dionne (2007), a pesquisa-ação tem uma importância ligada ao desafio da dominação social e do controle do saber e o pesquisador deve, ao mesmo tempo, estar engajado e manter uma distância crítica. Barbier (2007) destaca que o pesquisador tem o papel de articular implicação e distanciamento, afetividade e racionalidade; e a pesquisa-ação tem um papel educativo de formação para cidadania e para organização coletiva.

De acordo com Thiollent (2011, p. 52-53), a pesquisa-ação tem como princípio valorativo uma política de transformação⁷, associado ao “[...] reconhecimento de causas populares, a práticas de democracia ao nível local, a busca de autonomia, a negação da dominação etc.”. Segundo Zuñiga (1981 apud Thiollent, 2011, p. 54), a pesquisa-ação “[...] tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos e das coletividades”. Sua função política está relacionada ao tipo de ação que se propõe, de maneira participativa e consciente. Thiollent (2011, p. 124) alerta que, no plano valorativo, “[...] devem ser evidenciados critérios, normas e valores que os diferentes atores aceitam, respeitam, rejeitam ou adaptam”.

Thiollent (2011) argumenta que, por razões éticas e considerando as desigualdades de acesso ao conhecimento científico, é legítimo que a pesquisa-ação priorize iniciativas de caráter social e solidário. No entanto, o autor destaca que é difícil conciliar militância e ciência e que, do ponto de vista das instituições, a pesquisa-ação era vista como marginal e sem alcance científico. Thiollent (2011, p. 128) afirma que, em geral, os movimentos políticos são dogmáticos e dão pouca importância para pesquisa empírica e “[...] quando se diz que a pesquisa-ação não está envolvida em uma prática militante e que ela adquire um uso mais profissional, isso não significa que os militantes de hoje não possam usar tal método”. Noutras palavras, é possível ter uma atitude militante em pesquisa-ação e isso não significa ignorar os critérios de objetividade científica. Para Haguette (2003), esse engajamento político da pesquisa-ação é o que a diferencia da proposta conservadora da psicologia social estadunidense. Thiollent (2011) aponta que, no plano normativo, devido aos diversos campos de aplicação, há divergências entre a pesquisa-ação de caráter crítico, aplicada no contexto dos movimentos sociais, e a pesquisa-ação de caráter técnico ou adaptativo, aplicada em instituições ou empresas; e essa divergência tenciona a unidade da pesquisa-ação.

⁷ Thiollent (2011) alerta que é preciso definir o real alcance destas transformações, geralmente limitada a pequenos grupos, para não generalizá-las ou associá-las à noção de “[...] transformação geral da sociedade em sentido modernizador ou revolucionário” (Thiollent, 2011, p. 50).

A pesquisa participante

Pode-se afirmar que, assim como a pesquisa-ação, a pesquisa participante também tem suas raízes na *Enquete Operária* de Karl Marx. No entanto, enquanto a pesquisa-ação, de Kurt Lewin, tem incompatibilidades profundas com a perspectiva marxista, a pesquisa participante está muito mais imbricada na dimensão política da luta de classes. Carlos Rodrigues Brandão (1999) explica que Marx inventou a participação na pesquisa ao argumentar que o pesquisador, mais do que conhecer para explicar, precisa compreender para servir e isso só é possível através de participação e compromisso com a luta do outro.

De acordo com Brandão (1999, p. 12, grifo do autor), mesmo quando Bronislaw Malinowski propôs a observação participante, o “[...] mergulho por inteiro no mundo do ‘outro’ não impediu que uma ciência sociologicamente renovada se desobrigasse das questões efetivamente sociais das condições de vida dos ‘outros’”. Para Brandão (1999), a pesquisa participante só é inventada quando a relação com o outro se torna uma relação de compromisso com o trabalho político e luta popular. Essa relação “[...] obriga o pesquisador a repensar não só a posição de sua pesquisa, mas também a de sua própria pessoa” (Brandão, 1999, p. 13).

A pesquisa participante surge na América Latina em um contexto de ditaduras militares e fortemente influenciada pela sociologia crítica de Florestan Fernandes e pela perspectiva da libertação do oprimido de Paulo Freire. Para Freire (2006, p. 35), os grupos populares não podem ser tratados como objetos de pesquisa, “[...] pelo contrário, a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta”. Freire (2006, p. 37) destaca que não existe pesquisa neutra, ou seja, toda pesquisa tem um caráter político e se o objetivo é a libertação das classes sociais oprimidas, o “[...] povo tem que participar na investigação como investigador e estudioso e não como mero objeto”. Segundo Oliveira e Oliveira (2006)⁸, na ciência positivista, os grupos populares não têm nenhum controle sobre a pesquisa que, muitas vezes, é utilizada pelos grupos que estão no poder como um instrumento de controle social. Os autores argumentam que a pesquisa participante é uma alternativa que atua junto aos movimentos sociais, analisando criticamente as estruturas de poder, assumindo compromisso com suas preocupações e colocando as ferramentas científicas ao seu serviço.

Mas afinal, o que é pesquisa participante? O que a diferencia da pesquisa-ação? Para Guy Le Boterf (1999, p. 52), a pesquisa participante procura “[...] auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas”. De acordo com Teresa Maria Frota Haguette (2003, p. 113), a pesquisa-ação de Lewin não tinha como objetivo “[...] a transformação das estruturas da sociedade de classes [...]”, já a pesquisa participante volta-se às necessidades das classes sociais oprimidas com forte engajamento político. Para Novaes e Gil (2009, p. 145), a diferença entre a pesquisa participante e a pesquisa-ação está no caráter emancipatório, ou seja, enquanto a pesquisa-ação “[...] supõe alguma forma de ação, que pode ser de caráter social, educativo, técnico ou outro [...]”, a pesquisa participante “[...] tem como propósito fundamental a emancipação das pessoas ou das comunidades que a realizam”. Os autores enfatizam que a pesquisa-ação também pode ter um caráter emancipatório, mas a pesquisa participante sempre será emancipatória⁹.

A partir das sistematizações, elaboradas por Brandão (1999; 2006), Oliveira e Oliveira (2006), Gianotten e Wit (1999), Le Boterf (1999), Haguette (2003) e Demo (1999), é possível elencar três características da pesquisa participante: 1) a pesquisa participante está a serviço das classes sociais oprimidas e tem como objetivo uma ação transformadora das estruturas da sociedade; 2) a pesquisa participante necessita da participação ativa da comunidade como *sujeitos* na produção e controle do conhecimento; e 3) a pesquisa participante tem um compromisso com o processo educativo.

A primeira característica é que ela está a serviço dos oprimidos e busca uma transformação estrutural da sociedade. Para Le Boterf (1999, p. 72), a pesquisa participante trabalha para os “[...] mais desprovidos e explorados [...]” e o objetivo não é apenas “[...] melhorar as suas condições de vida, mas também desenvolver a capacidade de análise e resolução dos problemas que enfrentam”. Hall Budd (1981 apud Demo, 1999, p. 121) pontua que a pesquisa participante trabalha com grupos oprimidos e tem como finalidade última “[...] a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos”. Para Vera Gianotten e Ton de Wit (1999, p. 169), a pesquisa participante estabelece “[...] uma nova relação entre teoria e prática, entendida

⁸ Rosiska Darcy de Oliveira e Miguel Darcy de Oliveira fizeram parte do Instituto de Ação Social – IDAC, criado por Paulo Freire no exílio em Genebra; e são autores de um texto pioneiro de pesquisa participante, publicado originalmente em 1973. Para Marcela Gajardo (1999), a proposta dos autores, relaciona educação libertadora e sociologia crítica e coloca o compromisso político-partidário como eixo central.

⁹ Por outro lado, Thiollent (2011) aponta que uma das diferenças consiste no fato de que a pesquisa-ação reconhece a necessidade de manter-se “[...] no âmbito da pesquisa social de caráter científico e, logo, submetê-la a uma forma de controle metodológico-epistemológico” (Thiollent, 2011, p. 108).

esta última como a ação para a transformação”. Le Boterf (1999) explica que na pesquisa participante há uma unidade dialética entre teoria e prática (práxis) e o conhecimento se produz através de uma ação transformadora da realidade social que, por sua vez, cria a necessidade de investigação num constante processo de investigação e ação.

No entanto, é preciso apontar que a tomada de posicionamento e a proposta de transformação estrutural da sociedade não ocorrem sem desafios. Le Boterf (1999, p. 73) alerta que o pesquisador, ao se posicionar a favor dos oprimidos, deve realizar uma reflexão crítica “[...] sobre as implicações teóricas e metodológicas de sua intervenção [...]”, tendo em vista que sua função desempenha “[...] determinado poder que não deve ser mascarado por uma ideologia de orientação neutra e não-diretiva”. Quanto à busca pela transformação estrutural da sociedade, Haguette (2003, p. 148) pontua que certas experiências em pesquisa participante são ações paliativas que “[...] se resumem à análise da realidade dos oprimidos [...]” e deixam “[...] intactas as estruturas responsáveis pela própria condição de ‘oprimido’ dos pesquisados”. Pedro Demo (1999, 121) alerta que é equivocado pensar que a pesquisa participante “[...] deva somente produzir efeitos transformadores, porque pode produzir efeitos reformistas, quando não produz efeitos conservadores e até reacionários. Depende da ideologia política”. Por outro lado, Haguette (2003, p. 148) salienta que também é possível “[...] conceber que a própria criação do saber é uma fonte de poder, o que, a longo prazo, poderia colaborar no projeto de transformação social”. Dessa forma, pode-se afirmar que a busca pela transformação estrutural da sociedade é o ideal político que mobiliza a pesquisa participante, mesmo que, por vezes, tal ideal ainda não tenha sido alcançado.

A segunda característica da pesquisa participante é a necessidade da participação ativa da comunidade como sujeitos na produção e controle do conhecimento. De acordo com Brandão (1999, p. 224), trata-se da possibilidade das classes populares “[...] serem os produtores diretos ou, pelo menos, os participantes associados do próprio saber orgânico da classe, um saber que nem por ser popular deixe de ser científico e crítico”. O autor ainda destaca que as classes populares passam a ter “[...] o poder de determinação do uso e do destino político do saber produzido [...]” (Brandão, 1999, p. 224), quando produzem conhecimento. Gianotten e Wit (1999, p. 169) apontam que a pesquisa participante “[...] não pode aceitar a distância tradicional entre sujeito e objeto de pesquisa [...] É a comunidade que deve ser o sujeito da investigação sobre sua própria realidade”. Para Budd (1981 apud Demo, 1999), todos são pesquisadores e o problema de pesquisa tem origem na comunidade, que passa a ter o controle sobre o processo de pesquisa.

Segundo Le Boterf (1999, p. 72), os problemas de pesquisa não devem surgir “[...] de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas pelos pesquisadores, mas tem sua origem nas situações sociais concretas [...]” que a comunidade deseja estudar e resolver, pois a pesquisa participante “[...] intervém em situações reais e não em situações de laboratório” (Le Boterf, 1999, p. 72). O autor destaca que a comunidade deve participar de toda a pesquisa e o resultado deste processo deve ser compartilhado, pois não é propriedade privada dos especialistas.

Por fim, a terceira característica da pesquisa participante é o seu compromisso com o processo educativo. Para Gianotten e Wit (1999, p. 169), a pesquisa participante é “[...] parte de uma experiência educativa que serve para determinar as necessidades da comunidade e para aumentar sua consciência”. Para Le Boterf (1999), quando participam do processo investigativo, os atores e pesquisadores podem adquirir um conhecimento mais objetivo da situação ao qual estão implicados, bem como “[...] analisar com maior precisão os seus problemas, descobrir os recursos de que dispõem e formular ações pertinentes” (Le Boterf, 1999, p. 73). Para Budd (1981 apud Demo, 1999, p. 122), até mesmo os pesquisadores são “[...] aprendizes num processo que conduz mais à militância do que ao distanciamento”.

Vale destacar que esse aspecto educativo da pesquisa participante está na origem do método, inspirado na pedagogia freireana. De acordo com Oliveira e Oliveira (2006, p. 26), a pesquisa participante se inscreve “[...] como uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos”. Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa participante é promover um processo educativo capaz de “[...] colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido.” (Oliveira & Oliveira, 2006, p. 26). Para Gianotten e Wit (1999), para além de ser um processo de investigação, educação e ação (com participação da comunidade e compromisso com a transformação social), a pesquisa participante é “[...] um processo orgânico no qual a investigação e a educação tradicionais espontâneas se convertem em ‘investigação e educação orgânica’” (Gianotten & Wit, 1999, p. 160, grifo dos autores), ou seja, o conhecimento popular é transformado em conhecimento científico.

A investigação-ação participativa

No livro *Metodologia da Pesquisa-Ação*, escrito em 1985, Thiollent dedica algumas páginas para diferenciar a pesquisa-ação da pesquisa participante, concluindo que a pesquisa-ação, além da participação ativa dos pesquisadores e grupos implicados na situação, supõe uma forma de ação planejada que nem sempre ocorre na pesquisa participante. No entanto, no posfácio à 14ª edição, escrito em 2005 e republicado em 2011, em sua 18ª edição, Thiollent afirma que as divergências entre pesquisa-ação e pesquisa participante foram superadas e que, apesar dos diferentes contextos, é possível aproximar ou até fundir as duas metodologias, como é o caso da pesquisa-ação participante ou investigação-ação participativa¹⁰.

De acordo com Thiollent (1982; 2011), a partir da década de 1960, os movimentos sociais deram um caráter mais militante à pesquisa-ação e o método inaugurado por Kurt Lewin passou a ser considerado conservador. Barbier (2007) destaca que na América Latina, a pesquisa-ação se opõe radicalmente ao método positivista e passa a ser utilizada em movimentos revolucionários, inspirados na sociologia militante, de Orlando Fals Borda; e na pedagogia do oprimido, de Paulo Freire. Para Haguette (2003), isso ocorreu na América Latina porque as desigualdades sociais são maiores e, logo, a pesquisa-ação se voltou aos oprimidos ou dominados. Thiollent (2011, p. 20) aponta que especialmente na América Latina a pesquisa-ação é associada a uma “[...] forma de engajamento sociopolítico a serviço da causa das classes populares”. Este aspecto aproximou o método da pesquisa-ação ao método da pesquisa participante, fazendo com que muitos pesquisadores os tomessem como sinônimos.

Para Novaes e Gil (2009, p. 147), a pesquisa-ação participante é “[...] uma tentativa de minimizar as diferenças e enfatizar as semelhanças entre as duas modalidades”. Os autores enfatizam que a pesquisa-ação participante, especialmente em países de língua inglesa, pode ser considerada como o resultado da influência da pesquisa participante sobre a pesquisa-ação, mas que na América Latina não há grandes diferenças entre a pesquisa participante e a pesquisa-ação participante. O próprio Orlando Fals Borda (1999), que lançou o termo investigação-ação participativa, afirma que este é sinônimo de investigação participante e que havia duas tendências quando o termo surgiu: uma mais militante, vinculada à ação; e uma mais educacional, vinculação à participação.

Para Ezequiel Ander-Egg (1990), há um consenso de que a investigação-ação participativa surgiu no *Simpósio Mundial de Investigación Activa* de Cartagena, na Colômbia, realizado em abril de 1977. Novaes e Gil (2009, p. 147), enfatizam que a contribuição de Orlando Fals Borda neste congresso foi fundamental para a definição da investigação-ação participativa “[...] como uma metodologia inserida num processo vivencial para os grupos de base, que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação política”. Para Ana Mercedes Colmenares Escalona (2012), a partir de Fals Borda a investigação-ação participativa passou a ser vista não só como uma metodologia, mas como uma filosofia de vida que transforma seus praticantes em pessoas ‘sentipensantes’¹¹.

Mas afinal, o que caracteriza a investigação-ação participativa? Trata-se da simples fusão da pesquisa-ação com a pesquisa participante? De acordo com Ander-Egg (1990), as características da investigação-ação participativa derivam dos três elementos que a constituem: a investigação, procedimento controlado e sistemático de produção de conhecimento sobre a realidade; a ação, intervenção sobre a realidade orientada para a ação transformadora como fonte de conhecimento; e a participação, que implica no envolvimento ativo de pesquisadores e atores na produção do conhecimento e transformação da realidade. Para o autor, a investigação-ação participativa não é oposta às metodologias clássicas de pesquisa social, pois ela recorre a técnicas e procedimentos tradicionais. A diferença está na flexibilidade com a qual se utiliza destas ferramentas, na relação horizontal com os sujeitos da pesquisa e na finalidade última da pesquisa, que busca a transformação da realidade.

A partir das sistematizações, elaboradas por Ander-Egg (1990), Fals Borda (1999; 2006) e Colmenares Escalona (2012), é possível elencar sete características da investigação-ação participativa: 1) relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais; 2) seu objetivo deve partir dos atores sociais implicados na situação-problema; 3) compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade; 4) articulação entre pesquisa científica e ação prática; 5) é aplicável somente na escala microsocial; 6) preocupação com a objetividade científica e respeito às formas clássicas de pesquisa social; e 7) compromisso com o processo educativo.

¹⁰ Na literatura de língua espanhola, o termo investigação-ação participativa é o correlato de pesquisa-ação participante.

¹¹ De acordo com João Colares da Mota Neto (2018), o termo ‘sentipensante’ foi cunhado por Fals Borda e diz respeito às pessoas que combinam a mente com o coração, ou seja, trata-se “[...] de uma aposta na possibilidade de um outro perfil de educador, de investigador, de militante e de intelectual, em franca oposição à atitude fria e supostamente neutra do cientista positivista, tradicional e eurocêntrico” (Mota Neto, 2018, p. 5).

A primeira característica da investigação-ação participativa é a relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais. De acordo com Fals Borda (1999), todos os participantes são seres sentipensantes e, por isso, é preciso construir uma relação de horizontalidade e reciprocidade que respeite os diversos pontos de vista e a natureza. Colmenares Escalona (2012) explica que na investigação-ação participativa os investigados se convertem em investigadores e participam ativamente como sujeitos na produção e controle do conhecimento. Segundo Ander-Egg (1990), o povo, atuante e pensante, deve ser o agente da mudança social almejada pela investigação-ação participativa e isso só é possível tendo melhor compreensão da situação, das possibilidades de mudança e das responsabilidades que isso implica. O autor pontua que é preciso superar relações dicotômicas e hierarquizadas entre pesquisadores e atores sociais, o que exige formas de comunicação entre iguais, promovida pelo diálogo e trabalho coletivo.

A segunda característica da investigação-ação participativa é que seu objetivo deve partir dos atores sociais implicados na situação-problema. Segundo Ander-Egg (1990), isso significa que a investigação-ação participativa só se aplica em situações reais. Não se trata estudar problemas que interessam apenas aos pesquisadores e/ou à academia, mas de estudar e buscar soluções para os problemas que os atores sociais considerem importantes. De acordo com Martínez Miguélez (2004), a maioria dos pesquisadores prefere *analisar* problemas e não *solucionar* problemas, a investigação-ação participativa busca realizar as duas coisas ao mesmo tempo. Fals Borda (2006) pontua que é preciso adotar uma postura antidogmática neste processo, para não aplicar ideias preestabelecidas e evitar ações paternalistas.

A terceira característica da investigação-ação participativa é seu compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade. Para Ander-Egg (1990), na investigação-ação participativa, os pesquisadores não são neutros, pelo contrário, assumem um compromisso político, ideológico e valorativo com as pessoas implicadas na situação-problema e participa do estudo e transformação de sua realidade. De acordo com Colmenares Escalona (2012), a investigação-ação participativa adotou o paradigma sociocrítico que tem um interesse emancipatório ou libertador. Para Fals Borda (2006, p. 49), “[...] nas lutas populares há sempre um espaço para os intelectuais, técnicos e cientistas [...] Têm apenas que demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular”.

Ander-Egg (1990) destaca que o objetivo é transformar uma situação-problema, colocando a investigação-ação participativa como uma ferramenta intelectual a serviço do povo, possibilitando um conhecimento mais completo da realidade que se deseja transformar. O autor pontua que a finalidade última da investigação-ação participativa, a sua utopia, é a construção de uma sociedade autogestionada, baseada nos valores da democracia e da participação. Colmenares Escalona (2012) explica que ao incluir tais valores no processo investigativo se resolve o problema da impossibilidade de neutralidade e promove uma ontologia realista crítica, uma epistemologia subjetivista e uma metodologia dialógica transformadora. Fals Borda (1999) pontua que os pesquisadores que buscam neutralidade absoluta acabam apoiando o *status quo*, obscurecendo parte da realidade e impedindo as transformações sociais e políticas.

A quarta característica da investigação-ação participativa é a articulação entre pesquisa científica e ação prática. De acordo com Ander-Egg (1990), tanto a pesquisa quanto a ação são iluminadas pela teoria e realizadas de forma participativa. Essa característica resulta na originalidade do tipo de conhecimento que é produzido pela investigação-ação participativa, pois, ao articular conhecimento popular e conhecimento científico, ela consegue captar informações que a pesquisa tradicional não alcança. Nesse quesito, Fals Borda (2006) alerta que é preciso dar *Feedback* aos intelectuais orgânicos; e utilizar técnicas dialógicas para estimular a ciência popular ou para aprender com a sabedoria popular. Para o autor, as ‘grandes descobertas’ são, na verdade, apropriações da sabedoria popular e, ao romper com a díade sujeito-objeto, a investigação-ação participativa tem o potencial de construir esse conhecimento, original e sólido, em colaboração com os intelectuais orgânicos. Fals Borda (1999) evidencia que é possível construir um conhecimento mais completo e aplicável quando produzimos convergências entre o pensamento popular e a ciência acadêmica.

A quinta característica é que a investigação-ação participativa só é aplicável na escala microssocial, ou seja, não serve para trabalhar com um grande número de pessoas. Trata-se, na verdade, de uma limitação do método. Para Ander-Egg (1990), quando a pesquisa ultrapassa a escala reduzida do bairro, da comunidade ou da organização, para trabalhar com escalas maiores, macrossocial, como a cidade ou a região, a participação das pessoas é prejudicada e, portanto, a investigação-ação participativa não se aplica, sendo necessário recorrer a procedimentos tradicionais.

A sexta característica da investigação-ação participativa é a preocupação com a objetividade científica e o respeito com relação às formas clássicas de pesquisa social. Segundo Ander-Egg (1990), a investigação-ação

participativa não substitui por completo as formas clássicas de pesquisa social, que são igualmente necessárias. De acordo com Fals Borda (1999), não é suficiente enfatizar somente a ação e a participação, é preciso superar o amadorismo e respeitar regras de investigação científica. O autor destaca que os valores que, em geral, são constitutivos do paradigma dominante, podem ser enriquecidos com valores participativos. Nesse sentido, Fals Borda (1999) aponta que a validade científica pode ser alcançada mediante a combinação, quando necessário, de dados quantitativos e qualitativos, ou através do exame indutivo/dedutivo dos resultados, ou mesmo do julgamento ponderado de grupos de referência locais.

Por fim, a sétima característica da investigação-ação participativa é o seu compromisso com o processo educativo. Isso ocorre porque, além da ação transformadora, busca-se produzir conhecimentos que sejam apropriados pelos diferentes atores. De acordo com Fals Borda (1999), a investigação-ação participativa implica um processo democrático de investigação, ação e ensino comprometidos com a justiça social, ou seja, busca combinar ensino e pesquisa. Colmenares Escalona (2012) destaca que a própria ação transformadora é uma fonte de conhecimento que possibilita aos participantes, através de canais horizontais de comunicação, compreender melhor a sua realidade e, portanto, favorece a tomada de consciência e o empoderamento.

Fals Borda (2006) afirma que a restituição sistemática do conhecimento pode ser alcançada através de comunicação didática e divulgação científica, a finalidade última é formar processos de autoinvestigação para que a comunidade possa “[...] romper com sua dependência frente aos intelectuais e a realizar facilmente sua própria pesquisa” (Fals Borda, 2006, p. 53). O autor destaca que é preciso entender o ritmo e promover o equilíbrio entre ação e reflexão, fazendo com que o conhecimento seja recebido das bases e, depois de sistematizado e refletido, seja devolvido estudando-se as consequências desta restituição.

Semelhanças e diferenças

A partir das sínteses apresentadas nos tópicos anteriores, é possível constatar que cada um dos métodos tem um contexto específico de origem e consolidação. A pesquisa-ação, que surge na América do Norte, mas também se consolida na Europa, enquanto a pesquisa participante e a investigação-ação participativa surgem e se consolidam na América Latina. No entanto, muitas de suas características se entrelaçam e/ou se complementam formando uma unidade de raciocínio que pode ser considerada em modalidades de pesquisa qualitativa. Ao colocar lado a lado as características das três modalidades é possível perceber, mais nitidamente, as suas semelhanças, bem como constatar que as características que as diferenciam não são exclusividade desta ou daquela modalidade, pelo contrário, poderiam ser facilmente adotadas por ambas, pois não são incompatíveis e/ou excludentes (Tabela 1).

Tabela 1. Características da pesquisa-ação, da pesquisa participante e da investigação-ação participativa.

Pesquisa-Ação	Pesquisa Participante	Investigação-Ação Participativa
Interação entre pesquisadores e atores	Participação ativa da comunidade como sujeitos na produção e controle do conhecimento	Relação de horizontalidade e reciprocidade entre pesquisadores e atores sociais
Duplo objetivo: a construção de conhecimento científico, pela pesquisa, e a resolução de problemas reais, pela ação.	Está a serviço dos oprimidos e busca uma ação transformadora das estruturas da sociedade	Seu objetivo deve partir dos atores sociais implicados na situação-problema
Função sociopolítica	Compromisso com o processo educativo	Compromisso com o povo e com a ação transformadora da sociedade
Produz conhecimento original		Compromisso com o processo educativo
Próprios critérios de objetividade científica		Articulação entre pesquisa científica e ação prática
		Preocupação com a objetividade científica e respeito às formas clássicas de pesquisa social
		Aplicável somente na escala microssocial.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Na Tabela 1, as características não foram apresentadas na mesma ordem que aparecem no texto, justamente para colocá-las lado a lado, na mesma linha da tabela, e possibilitar uma comparação visual. A primeira constatação é que a investigação-ação participativa, a mais recente e abrangente das abordagens, consegue abarcar todas as características da pesquisa-ação e da pesquisa participante. Essa constatação corrobora com as afirmações de Thiollent (2011) e de Novaes e Gil (2009), para os quais a investigação-ação participativa é uma tentativa de superar as diferenças entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante ou até mesmo de fusioná-las.

Outra constatação, evidente na Tabela 1, são as características que se repetem nas três modalidades e que destacam as suas principais semelhanças. Isso ocorre porque são métodos de pesquisa que dependem da participação ativa das pessoas implicadas em uma situação-problema. Desta forma, nos três métodos, a produção de conhecimento está atrelada à busca pela resolução de um problema real e/ou por uma ação transformadora da estrutura social. Essa função sociopolítica revela o compromisso que tais metodologias assumem com a emancipação das classes populares que é mais evidente na pesquisa participante e na investigação-ação participativa do que na pesquisa-ação, pois, como destacaram Novaes e Gil (2009), a pesquisa-ação pode ter um caráter emancipatório, mas a pesquisa participante e a investigação-ação participativa só podem ser emancipatórias.

Nesse quesito, há uma sutil diferença entre as críticas que os três métodos fazem ao ideal de neutralidade da ciência positivista. A pesquisa-ação enfatiza a crítica à separação entre pesquisadores e atores, promovida pela pretensa neutralidade, com o objetivo de isolar a subjetividade dos pesquisadores. Já a pesquisa participante e a investigação-ação participativa enfatizam que a ciência positivista é um instrumento de controle social que, com suposta neutralidade política, oculta as relações de poder. A diferença é sutil justamente porque, ao argumentar sobre a função sociopolítica da pesquisa-ação, os atores reconhecem o desafio da dominação social e citam a necessidade de colocar o controle do saber nas mãos do povo.

O compromisso com a emancipação das classes populares, priorizados pela pesquisa participante e pela investigação-ação participativa, fica mais manifesto na primeira característica que as diferenciam da pesquisa-ação: 'o compromisso com o processo educativo'. Isso não significa que a pesquisa-ação não possa ter o compromisso com o processo educativo, pelo contrário, muitos projetos de pesquisa-ação são voltados à educação popular. No entanto, todo projeto de pesquisa participante e de investigação-ação participativa, tendo em vista a emancipação das classes populares, devem assumir o compromisso com a educação crítica a serviço da transformação social.

Por outro lado, na Tabela 1 há duas características da pesquisa-ação e da investigação-ação participativa que não são evidentes na pesquisa participante e que revelam o caráter mais acadêmico das duas primeiras. Pode-se afirmar que produzir conhecimento original, articulando pesquisa e ação, está latente na pesquisa participante, pois todas as abordagens participativas possibilitam isso. Quanto aos critérios de objetividade científica, os três métodos rompem com a ideia de neutralidade proposta pelos métodos convencionais, mas a pesquisa participante não apresenta alternativas para garantia da cientificidade. A pesquisa-ação, além de manter regras metodológicas reconhecidas, cria critérios de objetividade, apostando no controle do coletivo e na substituição da demonstração e das hipóteses por argumentação e definição de diretrizes. Já a investigação-ação participativa propõe respeitar as regras clássicas de investigação científica, enriquecendo-as com valores participativos.

Há uma característica da investigação-ação participativa que não aparece nas outras duas modalidades: 'aplicável somente na escala microssocial'. Trata-se, na verdade, de uma limitação do método que também está presente na pesquisa-ação e na pesquisa participante. No caso da pesquisa-ação, Thiollent (2011) propõe contorná-la com formas de amostragem ou de representatividade qualitativa para incorporar uma escala macrossocial que, por sua vez, também poderia ser aplicada à investigação-ação participativa. Na pesquisa participante, essa limitação também foi identificada por Haguette (2003) ao apontar que as experiências práticas, apesar da busca por transformação estrutural, se resumem a realidades microssociais e que, somente em longo prazo, poderiam colaborar com uma transformação macrossocial.

Considerações finais

A partir da síntese apresentada, é possível concluir que a pesquisa-ação e a pesquisa participante têm mais semelhanças do que diferenças e que a investigação-ação participativa é uma tentativa de promover uma fusão dos dois métodos, buscando superar as suas diferenças. No entanto, cada método tem um contexto específico de origem e consolidação o que faz com que tenham características marcantes. A pesquisa-ação tem um aspecto mais acadêmico que, mesmo rompendo com os métodos convencionais, mantém uma preocupação com a objetividade científica. A pesquisa participante tem um caráter mais militante, pois surge vinculada aos movimentos sociais, além de uma preocupação com o processo educativo, resultado da influência da pedagogia freireana. A investigação-ação participativa, por sua vez, incorpora as regras de objetividade científica, mas não abandona o aspecto militante.

Quanto à aplicação prática, pode-se afirmar que a pesquisa-ação é aplicável em qualquer realidade, seja ela vinculada aos movimentos sociais, ao contexto educacional ou para resolver problemas de gestão dentro de uma empresa. Já a pesquisa participante e a investigação-ação participativa, por seu aspecto militante, vinculado à transformação social e à educação libertadora, dificilmente seriam aplicáveis em um contexto no qual os responsáveis por uma fábrica estão insatisfeitos com a produção, mas seriam apropriadas em movimentos sindicais ou de luta por reforma agrária, por exemplo.

Vale destacar que este artigo apresenta algumas limitações que precisam ser superadas em análises futuras: 1) há diversas e diferentes abordagens de pesquisa-ação, de pesquisa participante e de investigação-ação participativa, o que o artigo propõe é uma síntese a partir de seus principais autores, mas é preciso compreender as especificidades de cada abordagem dentro de cada método; 2) há outros termos empregados para se referir a métodos semelhantes aos abordados aqui e que precisam ser considerados em análises futuras, tais como, pesquisa militante, pesquisa ativa, autodiagnóstico, pesquisa popular; 3) é preciso descrever a operacionalização de tais métodos, tendo em vista a sua aplicação prática; e 4) é preciso avaliar a aplicação prática de tais métodos para se construir uma melhor interpretação de suas semelhanças e diferenças, bem como de suas fragilidades e avanços na atualidade.

Referências

- Ander-Egg, E. (1990). *Repensando la investigación-acción-participativa: comentarios, críticas y sugerencias*. Vitoria-Gasteiz, ESP: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Barbier, R. (2007). *A pesquisa-ação* (L. Didio Trad.). Brasília, DF: Liber Livro Editora.
- Brandão, C. R. (1999a). A participação da pesquisa no trabalho popular. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (3a ed., p. 223-252). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1999b). Participar-pesquisar. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (3a ed., p. 7-14). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (2006). Pesquisar-Participar. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (8a ed., p. 9-16). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Colmenares Escalona, A. M. (2012). Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. *Voces y Silencios. Revista Latinoamericana de Educación*, 3, 102-115. DOI: <https://doi.org/10.18175/vys3.1.2012.07>
- Demo, P. (1999). Elementos metodológicos da pesquisa participante. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (3a ed., p. 104-130). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Dionne, H. (2007). *A Pesquisa-ação para o desenvolvimento local* (M. Thiollent, Trad.). Brasília, DF: Liber Livro Editora.
- Fals Borda, O. (2006). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante* (8a ed., p. 42-62). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Fals Borda, O. (1999). Orígenes universales y retos actuales de la IAP. *Análisis Político*, 38, 73-90. Retrieved from <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283>
- Freire, P. (2006). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante* (8a ed., p. 34-41). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Gajardo, M. (1999). Pesquisa participante: propostas e projetos. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (3a ed., p. 15-50). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Gianotten, V., & Wit, T. (1999). Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (3a ed., p. 158-188). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Habermas, J. (2009) *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, PT: Edições 70.
- Haguette, T. M. F. (2003). *Metodologias qualitativas na Sociologia* (12a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Le Boterf, G. (1999). Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (3a ed., p. 51-81). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Martínez Miguélez, M. (2004) *Ciencia y arte en la metodología cualitativa*. México: Trillas.
- Morin, A. (2004) *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada* (M. Thiollent, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

- Mota Neto, J. C. (2018). Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. *Folios*, 48, 3-13. Retrieved from <http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n48/0123-4870-folios-48-00003.pdf>
- Novaes, M. B. C., & Gil, A. C. (2009). A pesquisa participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, 10, 134-160. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000100007>
- Oliveira, R. D., & Oliveira, M. D. (2006). Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (8a ed., p. 17-33). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Thiollent, M. (1982). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária* (3a ed.). São Paulo, SP: Polis.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da Pesquisa-Ação* (18a ed.). São Paulo, SP: Cortez.